

# IMAZON Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2018



# Índice

	<b>Página</b>
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas às demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018	11

# Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

---

**Grant Thornton Auditores Independentes**

Rua Padre Carapuzeiro, 752 - 6º andar, Sala Boa Viagem, Recife (PE) Brasil

T +55 81 3314-8886

Aos Administradores do  
**Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON**  
Belém - PA

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas, aprovada pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Ênfase

### Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2.e, em 2018 foram identificados ajustes contábeis de competência de exercícios anteriores. Desta forma, os valores correspondentes relativos às informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (e respectivo balanço patrimonial de partida em 01 de janeiro de 2017), apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas. Como parte de nosso exame das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, examinamos também os ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.e, efetuados para alterar as informações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (e respectivo balanço patrimonial de partida em 01 de janeiro de 2017). Concluímos que tais ajustes são apropriados e estão corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações contábeis do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON em 31 de dezembro de 2017 (ou balanço patrimonial de partida em 01 de janeiro de 2017) e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as citadas demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Nossa opinião não está modificada com relação à esse assunto.

## Outros assuntos

### Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações contábeis do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota Explicativa nº 2.e, foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, cujo relatório de auditoria, com data de emissão de 11 de junho de 2018, não continha ressalva.

## Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000, aprovada pela Resolução nº 1.255/09 do Conselho Federal de Contabilidade), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

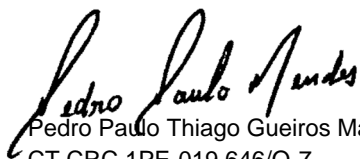
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso :

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Recife, 16 de outubro de 2019



Pedro Paulo Thiago Gueiros Malta Mendes

CT CRC 1PE-019.646/O-7

Grant Thornton Auditores Independentes  
CRC 2SP-025.583/O-1

## Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 1º de janeiro de 2017

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2018	31/12/2017	01/01/2017
								Reapresentado	Reapresentado
<b>Ativo circulante</b>					<b>Passivo circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.353	11.073	7.141	Fornecedores		63	59	52
Adiantamentos	5	778	1.538	433	Obrigações sociais e trabalhistas		505	469	367
Valores a receber		-	95	2	Obrigações tributárias		60	62	62
Total do ativo circulante		<u>10.131</u>	<u>12.706</u>	<u>7.576</u>	Adiantamentos recebidos	7	101	101	146
					Obrigações com recursos de projetos	8	<u>9.561</u>	<u>12.420</u>	<u>7.823</u>
					Total do passivo circulante		<u>10.290</u>	<u>13.111</u>	<u>8.450</u>
<b>Ativo não circulante</b>					<b>Passivo não circulante</b>				
Imobilizado	6	593	624	700	Obrigações com recursos de projetos	6	<u>371</u>	<u>345</u>	<u>388</u>
Intangível		-	1	36	Total do passivo não circulante		<u>371</u>	<u>345</u>	<u>388</u>
Total do ativo não circulante		<u>593</u>	<u>625</u>	<u>736</u>	<b>Patrimônio líquido</b>				
					Patrimônio social	11	<u>63</u>	<u>(125)</u>	<u>(526)</u>
					Total do patrimônio líquido		<u>63</u>	<u>(125)</u>	<u>(526)</u>
<b>Total do ativo</b>		<u><u>10.724</u></u>	<u><u>13.331</u></u>	<u><u>8.312</u></u>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><u>10.724</u></u>	<u><u>13.331</u></u>	<u><u>8.312</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

### Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<b>Receitas líquidas</b>			
Receitas sem restrições	12	1.536	2.845
Receitas com restrições	12	<u>14.771</u>	<u>11.427</u>
Total de receitas líquidas		<u>16.307</u>	<u>14.272</u>
<b>Custos operacionais</b>			
Custos sem restrições	13	(939)	(1.582)
Custos com restrições	13	<u>(14.771)</u>	<u>(11.427)</u>
Total de custos		<u>(15.710)</u>	<u>(13.009)</u>
<b>Superávit bruto</b>		<u>597</u>	<u>1.263</u>
Despesas administrativas	14	(403)	(870)
<b>Superávit antes do resultado financeiro líquido</b>		<u>194</u>	<u>393</u>
Receitas financeiras	15	21	21
Despesas financeiras	15	<u>(27)</u>	<u>(13)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>(6)</u>	<u>8</u>
<b>Superávit do exercício</b>		<u><u>188</u></u>	<u><u>401</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## **Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON**

### **Demonstrações do resultado abrangente**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**

*(Em milhares de reais)*

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
Superávit do exercício	188	401
<b>Outros resultados abrangentes do exercício</b>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u><u>188</u></u>	<u><u>401</u></u>

**As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.**



## Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (originalmente apresentado)	947	-	947
Ajuste correção de erros (nota 2.e)	-	(1.473)	(1.473)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2016 (reapresentado)</b>	<b>947</b>	<b>(1.473)</b>	<b>(526)</b>
Superávit do exercício	-	401	401
Incorporação do superávit do exercício	401	(401)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)</b>	<b>1.348</b>	<b>(1.473)</b>	<b>(125)</b>
Superávit do exercício	-	188	188
Incorporação do superávit do exercício	(1.285)	1.285	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>63</b>	<b>-</b>	<b>63</b>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

## Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON

### Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	2018	2017
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Superavit do exercício</b>	188	401
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação e amortização	65	97
Custo residual do ativo imobilizado baixado	5	2
	<u>258</u>	<u>500</u>
<b>Variações nos ativos e passivos, circulante e não circulantes</b>		
Adiantamentos	760	(1.105)
Valores a receber	95	(95)
Créditos de contratos e termos de cooperação	-	2
Fornecedores	4	7
Obrigações sociais e trabalhistas	36	102
Obrigações tributárias	(2)	(1)
Adiantamentos recebidos	-	(45)
Obrigações com recursos de projetos	<u>(2.859)</u>	<u>4.597</u>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b><u>(1.708)</u></b>	<b><u>3.962</u></b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado	<u>(12)</u>	<u>(30)</u>
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b><u>(12)</u></b>	<b><u>(30)</u></b>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(1.720)</u></b>	<b><u>3.932</u></b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	11.073	7.141
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>9.353</u>	<u>11.073</u>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b><u>(1.720)</u></b>	<b><u>3.932</u></b>

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações contábeis.

## **Notas explicativas às demonstrações contábeis**

*(Em milhares de reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - IMAZON (“Instituto” ou “Entidade”) é uma associação civil, de direito privado, com fins não econômicos e não lucrativos, criada em 10 de julho de 1990, cuja sede está localizada na Travessa Dom Romualdo de Seixas, 1698, 11º andar, bairro Umarizal, Belém - PA. O Instituto tem como missão institucional promover o desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio de estudos, apoio à formulação de políticas públicas, disseminação ampla dos seus resultados e formação profissional, e tem como principais objetivos:

- Desenvolver estudos e pesquisas sobre o uso sustentável dos recursos naturais da região amazônica;
- Contribuir para a adoção efetiva de usos sustentáveis e qualidade de vida na região amazônica; e
- Promover programas educativos e cursos de capacitação com ênfase no desenvolvimento sustentável regional.

O Instituto é classificado como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), — conforme Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999. O Instituto obteve o certificado de qualificação como OSCIP em 3 de março de 2006, emitido pelo Ministério da Justiça do Brasil, de acordo com a Portaria nº 361, de 27 de julho de 1999, e suas atividades estão no âmbito acadêmico, cultural e científico, com o intuito de promover o envolvimento da sociedade civil brasileira na busca pelo desenvolvimento sustentável e conservação da biodiversidade.

As características intrínsecas dos programas sociais estão alicerçadas nos seguintes principais fatores: **(i)** captação de recursos financeiros para execução dos programas através de contratos de doação e de acordos de cooperação internacional de longo prazo, e **(ii)** formulação e administração de programas de longo prazo. Neste contexto, o atingimento dos objetivos dos programas está diretamente ligado ao planejamento técnico-operacional e financeiro de longo prazo e da sua governabilidade.

Os recursos financeiros que o Instituto recebe suportam financeiramente tanto os programas quanto o planejamento estratégico estabelecido pela Administração. As estratégias existentes atendem aos programas em curso, os quais tiveram continuidade em 2018 e terão nos anos seguintes.

Por esse motivo, um superávit ou déficit dos programas não deve ser analisado como sua viabilidade ou inviabilidade econômico-financeira, pois esses programas têm implementação de longo prazo e o planejamento estratégico do Instituto leva em conta os recursos financeiros totais a receber, bem como o momento temporal e forma física como serão gastos os recursos.

Para ampliar suas atividades, o Instituto está adequando sua atuação da seguinte forma:  
(i) planejamento estratégico de cada programa no horizonte de longo prazo, sem pautar-se necessariamente em um horizonte de exercícios fiscal e/ou social, e (ii) governabilidade dos programas através de uma programação de atividades voltadas às necessidades dos projetos.

## **2 Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis**

### **a. Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 contabilidade para pequenas e médias empresas) e aplicáveis às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002).

A emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 (que incluem todas as informações relevantes correspondentes às utilizadas na gestão do Instituto) foi autorizada pela Administração em 16 de outubro de 2019, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data.

Após a sua emissão, somente a Administração têm o poder de alterar as demonstrações contábeis. Detalhes sobre as políticas contábeis do Instituto estão apresentadas na nota explicativa 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **b. Base de mensuração**

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

### **c. Moeda funcional e de apresentação**

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação do Instituto. Todos os saldos em milhares de Reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### **d. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para as pequenas e médias empresas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

**e. Reapresentação das demonstrações contábeis**

No exercício de 2018, a Administração identificou ajustes de exercícios anteriores, relacionados à retificação de erros na contabilização efetuada no passivo de “Obrigações com recursos de projetos”. Em decorrência desse fato, os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 1º de janeiro de 2017, foram ajustados para fins de comparação, em conformidade com a seção 10 do CPC PME que trata de políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro. Estes ajustes tiveram efeitos no passivo não circulante, no patrimônio líquido

	31/12/2017			01/01/2017		
	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajuste	Reapresentado
<b>Passivo não circulante</b>						
Fornecedores	59	-	59	52	-	52
Obrigações sociais e trabalhistas	469	-	469	367	-	367
Obrigações tributárias	62	-	62	62	-	62
Adiantamentos recebidos	101	-	101	146	-	146
Obrigações com recursos de projetos	10.947	1.473	12.420	6.350	1.473	7.823
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>11.638</b>	<b>1.473</b>	<b>13.111</b>	<b>6.977</b>	<b>1.473</b>	<b>8.450</b>
<b>Patrimônio líquido</b>						
Patrimônio social	1.348	(1.473)	(125)	947	(1.473)	(526)
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>1.348</b>	<b>(1.473)</b>	<b>(125)</b>	<b>947</b>	<b>(1.473)</b>	<b>(526)</b>

Adicionalmente, as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (e informações contábeis referentes ao balanço patrimonial de partida em 01 de janeiro de 2017) foram reclassificadas para fins de comparabilidade, sem modificar os saldos totais de ativos, passivos e resultado.

**f. Normas, alterações e interpretações existentes que não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Instituto**

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu novas normas para empresas consideradas de grande porte com vigência a partir de 2018. Aspectos destas normas, quando inclusas no Pronunciamento Técnico PME – Contabilidade para pequenas e médias empresas, poderá afetar as demonstrações do Instituto. A Administração oportunamente irá avaliar os efeitos de novas normas tão logo sejam emitidas.

**3 Principais políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas conforme a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis.

**a. Transações e saldos em moeda estrangeira**

Transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional do Instituto na taxa correspondente à data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

**b. Instrumentos financeiros**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

O Instituto reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação quando o Instituto se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

O Instituto deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Instituto transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando o Instituto tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

O Instituto classifica seus ativos não derivativos como empréstimos e recebíveis.

*Empréstimos e recebíveis*

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

O Instituto tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: caixa e equivalentes de caixa.

*Caixa e equivalentes de caixa*

Abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.

**(ii) Passivos financeiros não derivativos**

O Instituto reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o Instituto se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. O Instituto baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

O Instituto classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

O Instituto tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e obrigações com recursos de projetos.

**(iii) Ativos e passivos financeiros derivativos**

O Instituto não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

**c. Imobilizado**

**(i) Reconhecimento e mensuração**

O imobilizado do Instituto inclui bens adquiridos através dos contratos de parceria destinados exclusivamente para a execução dos projetos. Estes são apresentados separadamente na nota explicativa do ativo imobilizado como “bens com restrições de uso”.

Os bens com restrições de uso são registrados no momento em que há a saída de recursos bancários, em contrapartida do passivo circulante de “Obrigações com recursos de projetos”. Simultaneamente é feito o registro do bem no ativo imobilizado (bens com restrições de uso), em contrapartida do passivo não circulante “Obrigações com recursos de projetos”.

Ao final do projeto, o saldo do imobilizado com restrição de uso é transferido para a conta de imobilizado sem restrição e a conta redutora do passivo é baixada em contrapartida de receitas de doação, visto que os bens são historicamente doados ao Instituto.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**(ii) Custos subsequentes**

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para o Instituto e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

**(iii) Depreciação**

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo durante o prazo de vida útil do bem.

A depreciação de bens sem restrição é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do ativo, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A depreciação de bens com restrições (destinados exclusivamente para execução de projetos) é registrada em conta redutora do imobilizado, em contrapartida da conta de “obrigações com recursos de projetos” no passivo não circulante, pelo método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As taxas anuais de depreciação estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Benfeitorias e instalações	2,5%
Veículos	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Equipamentos de comunicação	10%
Equipamentos de computação	20% a 50%
Móveis e utensílios	20%

**d. Intangível**

Refere-se aos softwares adquiridos pelo Instituto, que vem sendo amortizado considerando a vida útil estimada em 5 anos.

Itens do intangível são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando houver.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do intangível, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

**e. Redução ao valor recuperável (*impairment*)**

**(i) Ativos financeiros não derivativos**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido para o Instituto sobre condições que ela não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.



**(ii) Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Instituto são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no seu valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo é considerado o maior entre o valor em uso e o valor justo, menos despesas de venda. Uma perda por *impairment* é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor, quando existentes, são reconhecidas no resultado.

A Administração não identificou qualquer situação que indique perda no valor recuperável de seus ativos não financeiros. Desta forma, não foi necessário estimar o valor recuperável dos ativos.

**f. Provisões**

Provisões são reconhecidas quando o Instituto tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando o Instituto espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

As provisões trabalhistas decorrem da obrigação legal de registrar os direitos dos empregados. Para a provisão de férias, o Instituto calcula 1/12 avos acrescidos de 1/3 terço do salário base do funcionário a cada mês até que este atinja 12 meses consecutivos, quando, então, tem direito ao gozo de férias. No caso do 13º salário, o Instituto calcula 1/12 avos do salário base do funcionário a cada mês de janeiro a dezembro, quando é efetuado o desembolso. Todo empregado tem direito anualmente ao gozo de um período de férias, sem prejuízo da remuneração.

**g. Benefícios a empregados**

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Instituto tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

O Instituto não concede benefícios de longo prazo a empregados e administradores.

**h. Recursos de projetos**

As obrigações com recursos de projetos são registradas na rubrica “Obrigações com recursos de projetos” quando do recebimento dos recursos dos financiadores em contrapartida da rubrica “caixa e equivalentes de caixa” e baixadas quando da ocorrência e pagamento dos gastos referentes aos respectivos projetos, estes registrados considerando o regime de competência.

**i. Reconhecimento de receitas e despesas**

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício.

**Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de caixa e equivalentes de caixa, a crédito de gastos a realizar em “Obrigações com recursos de projetos” no passivo circulante.

**Consumo como despesa:** Quando ocorrem gastos com projetos, a conta de “Obrigações com recursos de projetos”, no passivo circulante, é debitada em contrapartida do passivo de fornecedores (para posterior liquidação financeira). Simultaneamente é registrado no resultado os custos com restrições em contrapartida das receitas com restrições.

**Prestação de serviços:** A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações contábeis. O estágio de conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

**Taxa de administração:** A receita de taxa de administração é reconhecida no resultado com base nas despesas de administração incorridas, no limite estabelecido pelos contratos dos projetos.

**Doações e subvenções recebidas:** As subvenções são reconhecidas no resultado como receita ao longo do período e confrontadas com as despesas que pretendem compensar, em base sistemática, desde que exista razoável segurança de que o Instituto cumprirá todas as condições estabelecidas. O reconhecimento das receitas de doação e subvenção governamental no momento de seu recebimento, portanto, somente é admitido nos casos em que não há base de alocação ao longo dos períodos beneficiados.

**j. Receitas financeiras e despesas financeiras**

As receitas e despesas financeiras do Instituto compreendem:

- juros ativos e passivos;
  - ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado; e
  - ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.
- A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

**k. Tributação**

O Instituto é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSICIP) e, por isso, está isento de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido.

Uma entidade sem fins lucrativos é a que não apresenta superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine o referido resultado integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais (Lei nº 9.532/97, artigo 15 § 3º, alterado pela Lei nº 9.718/98, artigo 10).

O Instituto goza, ainda, de isenção de PIS sobre receitas próprias.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>2018</b>	<b>2017 (Reapresentado)</b>
Aplicações financeiras (a)	2	152
<b>Total de recursos sem restrições</b>	<b>2</b>	<b>152</b>
Bancos conta movimento	4.403	7.625
Aplicações financeiras (a)	4.948	3.296
<b>Total de recursos com restrições</b>	<b>9.351</b>	<b>10.921</b>
	<b>9.353</b>	<b>11.073</b>

- (a) Os investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxas equivalentes a 90% a 100% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), conforme segue:

	<b>2018</b>	<b>2017 (Reapresentado)</b>
Certificados de Depósito Bancário (CDB)	4.872	3.368
Poupança	78	80
	<b>4.950</b>	<b>3.448</b>

Os recursos financeiros vinculados a projetos têm seu uso restrito à aplicação em projetos, conforme disposições contratuais.

Os rendimentos financeiros oriundos das aplicações de recursos vinculados a projetos são contabilizados no passivo, juntamente com as entradas de recursos dos projetos. Já os rendimentos provenientes de recursos do Instituto são contabilizados no resultado, como receitas financeiras.

## 5 Adiantamentos

	2018	2017 (Reapresentado)
Adiantamentos a parceiros (a)	499	1.245
Adiantamentos de viagens	45	106
Adiantamentos a funcionários	60	-
Adiantamentos a fornecedores	35	33
Outros	139	154
	<b>778</b>	<b>1.538</b>

(a) Recursos adiantados a terceiros que prestam serviços durante a execução de projetos.

## 6 Imobilizado

### a. Imobilizado sem restrições

	Saldo			Saldo			Saldo
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017 (Reapresentado)	Adições	Baixas	31/12/2018
<b>Custo</b>							
Benfeitorias e instalações	146	-	-	146	-	-	146
Máquinas e equipamentos	110	-	(7)	103	12	-	115
Equipamentos de comunicação	113	8	-	121	-	-	121
Equipamentos de computação	827	22	(42)	807	-	(25)	782
Móveis e utensílios	231	-	(16)	215	-	-	215
<b>Total do custo</b>	<b>1.427</b>	<b>30</b>	<b>(65)</b>	<b>1.392</b>	<b>12</b>	<b>(25)</b>	<b>1.379</b>
<b>Depreciação</b>							
Benfeitorias e instalações	(10)	(3)	-	(13)	(4)	-	(17)
Máquinas e equipamentos	(84)	(8)	5	(87)	(8)	-	(95)
Equipamentos de comunicação	(72)	(11)	-	(83)	(11)	-	(94)
Equipamentos de computação	(769)	(17)	42	(744)	(19)	20	(743)
Móveis e utensílios	(180)	(22)	16	(186)	(22)	-	(208)
<b>Total depreciação</b>	<b>(1.115)</b>	<b>(62)</b>	<b>63</b>	<b>(1.113)</b>	<b>(64)</b>	<b>20</b>	<b>(1.157)</b>
<b>Imobilizado líquido sem restrições</b>	<b>312</b>	<b>(32)</b>	<b>(2)</b>	<b>279</b>	<b>(52)</b>	<b>(5)</b>	<b>222</b>

**b. Imobilizado com restrição**

	Saldo			Saldo			Saldo
	31/12/2016	Adições	Baixas	31/12/2017 (Reapresentado)	Adições	Baixas	
<b>Custo</b>							
Benfeitorias e instalações	104	-	-	104	-	-	104
Veículos	118	-	-	118	-	-	118
Máquinas e equipamentos	71	-	(5)	66	3	-	69
Equipamentos de comunicação	39	11	(3)	47	5	-	52
Equipamentos de computação	720	75	(35)	761	152	-	913
Móveis e utensílios	78	-	(25)	53	-	-	53
<b>Total do custo</b>	<b>1.130</b>	<b>86</b>	<b>(68)</b>	<b>1.148</b>	<b>160</b>	<b>-</b>	<b>1.309</b>
<b>Depreciação</b>							
Benfeitorias e instalações	(7)	(3)	-	(10)	(2)	-	(12)
Veículos	(62)	(12)	-	(74)	(12)	-	(86)
Máquinas e equipamentos	(34)	(7)	2	(39)	(7)	-	(46)
Equipamentos de comunicação	(16)	(4)	1	(19)	(5)	-	(24)
Equipamentos de computação	(546)	(95)	33	(608)	(109)	-	(717)
Móveis e utensílios	(77)	(1)	25	(53)	-	-	(53)
<b>Total depreciação</b>	<b>(742)</b>	<b>(122)</b>	<b>61</b>	<b>(803)</b>	<b>(135)</b>	<b>-</b>	<b>(938)</b>
<b>Imobilizado líquido com restrição</b>	<b>388</b>	<b>(36)</b>	<b>(7)</b>	<b>345</b>	<b>25</b>	<b>-</b>	<b>371</b>
<b>Imobilizado total Líquido (a+b)</b>	<b>700</b>	<b>(68)</b>	<b>(9)</b>	<b>624</b>	<b>(27)</b>	<b>(5)</b>	<b>593</b>

Os bens com restrição de uso são registrados nas contas dos respectivos projetos. A contrapartida desses bens é demonstrada no passivo não circulante, na conta Obrigações com recursos de projetos.

O Instituto possui o controle dos bens até a finalização de cada projeto, quando o saldo residual do bem, se doado ao Instituto, é registrado como receita de doação.

A prestação de contas do Instituto com seus financiadores, normalmente, requer que seja comprovada a aquisição e a utilização efetiva dos bens previstos em cada projeto que recebe uma dotação específica.

**7 Adiantamentos recebidos**

	2018	2017 (Reapresentado)
Fundação Vale	98	98
Golf e Ebata	3	3
	<b>101</b>	<b>101</b>

## 8 Obrigações com recursos de projetos

Os recursos de convênios, contratos e acordos que possuem destinação específica vinculada à execução de projetos são classificados, quando recebidos, no grupo “Obrigações com recursos de projetos”, no passivo circulante.

Os respectivos gastos realizados são registrados no mesmo grupo, sob a rubrica como redutora do passivo. Os gastos indiretos do Instituto são alocados entre os projetos conforme previsto em cada convênio, contrato ou acordo, e sua representatividade. Os gastos são segregados por doador, considerando a utilização de recursos humanos e materiais, não havendo transferência entre doadores.

	Notas	2018	2017 (Reapresentado)
Saldo inicial – passivo circulante		<b>12.420</b>	<b>7.823</b>
Recebimentos com restrições		<u>12.227</u>	<u>16.641</u>
		<b><u>24.647</u></b>	<b><u>24.464</u></b>
Salários, encargos e benefícios dos projetos	13	(5.267)	(5.246)
Consultorias e serviços		(6.089)	(4.400)
Imobilizado		(121)	(161)
Despesas com viagem		(1.152)	(1.002)
Publicação, disseminação e eventos		(35)	(47)
Despesas com aluguel		(213)	(212)
Utilidades e serviços		(99)	(78)
Impostos e taxas		(26)	(105)
Despesas com comunicação		(243)	(211)
Despesas com materiais		(49)	(36)
Receitas financeiras - Rendimentos aplicação		352	503
Despesas financeiras		(159)	(235)
Despesas com seguros		(26)	(28)
Despesas com manutenção		(10)	(10)
Reembolsos de refeições		5	5
Repasses a subcontratos		(1.954)	(781)
<b>Total de gastos com projetos</b>		<b><u>(15.086)</u></b>	<b><u>(12.044)</u></b>
<b>Saldo final – passivo circulante</b>		<b><u>9.561</u></b>	<b><u>12.420</u></b>

## 9 Contingências

O Instituto está sujeito a contingências perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Periodicamente, a Administração avalia os riscos contingentes, tendo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, com o objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrências e de exigibilidade como prováveis, possíveis ou remotas, levando em consideração, conforme o caso, as análises dos nossos assessores jurídicos que patrocinam as causas do Instituto.

Administração do Instituto, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2018 e 2017, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

## 10 Partes relacionadas

O Instituto define como partes relacionadas o pessoal chave da Administração.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não há saldos ativos ou passivos com partes relacionadas.

A remuneração do pessoal-chave da Administração inclui salários, honorários e benefícios variáveis.

	2018	2017 (Reapresentado)
Total de remuneração do pessoal-chave da Administração	<u>824</u>	<u>810</u>

## 11 Patrimônio líquido

### Patrimônio social

O patrimônio social do Instituto é alterado com base na incorporação de superávits ou déficits de cada exercício. Os superávits são incorporados ao patrimônio social por determinação estatutária.

Em caso de dissolução do Instituto, o patrimônio social residual deverá ser integralmente revertido às entidades não governamentais sem fins lucrativos, que tenham obtido a qualificação de OSCIP, nos termos da lei 9.790/99, e cujos objetivos sejam congêneres, cabendo sua indicação à Assembleia Geral, na mesma reunião que decidir pela extinção da Entidade.

## 12 Receitas líquidas

	2018	2017 (Reapresentado)
Receitas com restrições (i)	14.771	11.427
Taxas de administração de projetos e programas (ii)	637	1.117
Receitas diversas	11	43
Receitas com prestação de serviços	965	1.834
Deduções		
Cofins/ISS	<u>(77)</u>	<u>(149)</u>
<b>Receita líquida</b>	<b><u>16.307</u></b>	<b><u>14.272</u></b>

<b>(i) Receitas, por financiador</b>	<b>2018</b>	<b>2017 (Reapresentado)</b>
Gordon and Betty Moore Foundation (a)	5.566	2.689
BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (b)	4.180	4.432
NORAD (c)	2.449	2.644
José Roberto Marinho (d)	1.106	972
Climate Works Monitoramento (e)	967	-
NORAD EDF (c)	262	245
IDH	230	85
Ibirapitinga	160	307
Instituto Alcoa	92	-
Instituto Clima e Sociedade	81	-
Instituto Juruti Sustentável	75	-
Instituto Arapyaú de Educ e Desenv Sustentável	42	-
World Resources Institute´s (WRI)	-	75
Good Energies Foundation	-	542
Pará 2030	-	249
CLUA	-	150
Outros	198	154
<b>Total receitas com restrições/doações e taxas de administração</b>	<b>15.408</b>	<b>12.544</b>

(ii) As taxas de administração possuem as seguintes características:

- **Taxas não previstas** - Nesse caso o doador permite a alocação de determinados gastos sendo esses alocados na rubrica de “Outros custos diretos e indiretos”;
- **Taxas mistas** - São previstas nos contratos e também com especificação de determinados gastos na rubrica de “Outros custos diretos e indiretos”; e
- **Taxas previstas** - Custo administrativo cobrado somente através da taxa de “*Overhead*”.

Dentro dos projetos existe a flexibilidade de utilizar recursos acima do valor previsto nas categorias, em aproximadamente 10%, normalmente aceita pelos financiadores, desde que não ultrapasse o montante orçado do projeto. O cronograma dos projetos difere do exercício fiscal e, dessa forma, podem ocorrer situações em que um ano fiscal englobe dois períodos de financiamento de um mesmo projeto.

**a. Fundação Gordon e Betty Moore**

1. Apoiar a implementação do plano de áreas protegidas, de acordo com os objetivos das agências estaduais e federais de áreas protegidas.
2. Conservar 14,1 milhões de hectares do Mosaico Calha Norte, apoiando o desenvolvimento de mecanismos sustentáveis de financiamento e governança e um programa de monitoramento territorial.
3. Aumentar a eficácia da conservação dos compromissos de carne bovina e grãos com desmatamento zero na Amazônia, aumentando a transparência em sua implementação, tornando o conhecimento amplamente disponível na forma de plataformas de dados on-line, publicações ou lições aprendidas e demonstrando a liderança do estado do Pará na implementação de compromissos com carne e grãos.
4. Apoiar a preparação, distribuição e publicação de análises georreferenciadas interdisciplinares para informar a tomada de decisões dos governos e da sociedade civil nos nove países amazônicos e apoiar a consolidação dos territórios indígenas e áreas protegidas no corredor do Xingu, Brasil.



5. Desenvolver e operacionalizar um portal integrado baseado em Áreas Protegidas da Amazônia Brasileira, a ser usado para acessar ameaças e oportunidades e orientar ações apropriadas pelos órgãos federais e estaduais.
6. Apoiar o desenvolvimento e teste a próxima geração de tecnologias de monitoramento de uso e cobertura da terra usando imagens de alta resolução e métodos avançados de aprendizado de máquina.
7. Apoiar uma rede colaborativa pioneira em métodos inovadores de processamento em nuvem e classificação automatizada no Google Earth Engine para produzir 32 anos de uso anual da terra, cobertura da terra e dados de mudanças para a Amazônia brasileira, e treinar a organização para produzir tais dados para outros países amazônicos.
8. Apoiar o desenvolvimento conceitual da Iniciativa Amazônia Terceira Via, uma transformação social e tecnológica disruptiva em direção a um caminho de desenvolvimento sustentável na Amazônia.
9. Informar a tomada de decisões por meio da preparação e disseminação de análises georreferenciadas interdisciplinares sobre a dinâmica socioambiental da região pan-amazônica, incluindo uso/cobertura da terra e dados de mudança para o período 1985-2018 e análises abrangentes de pressões e ameaças.

**b. BNDES Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**

1. Apoiar **(i)** o fortalecimento da gestão ambiental em municípios prioritários para o desenvolvimento de políticas de prevenção e controle do desmatamento do bioma Amazônia, **(ii)** estudos para realizar o diagnóstico fundiário dos estados do Amazonas, Mato Grosso, Pará e Rondônia e **(iii)** aprimoramento da gestão das Unidades de Conservação estaduais na Calha Norte do Estado do Pará.
2. Apoiar a adequação ambiental de imóveis rurais na Amazônia legal, por meio de: **(i)** Implantação de técnicas de restauração florestal, em uma abordagem territorial no leste do Pará; **(ii)** formação de agentes multiplicadores; **(iii)** elaboração de fluxo para acompanhamento das áreas em restauração; e **(iv)** fomento às atividades de restauração da paisagem florestal

**c. NORAD**

Fornecendo incentivos para acabar com o desmatamento: ambição global, finança privada e pública e cadeias de suprimento com desmatamento zero.

**d. José Roberto Marinho**

- 1 – Projeto Pará 2030.
- 2 – Desenvolvimento do projeto de criação do Centro de Gastronomia e Biodiversidade.

**e. Climate and Land Use Alliance**

Analisar e confirmar dados de desmatamento Prodes de 2016 e fornecer apoio institucional ao Imazon.

## 13 Custos operacionais

<b>Custo sem restrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017 (Reapresentado)</b>
Salários e encargos sociais (i)	(280)	(169)
Serviços prestados por terceiros	(659)	(1.413)
<b>Total sem restrição</b>	<b>(939)</b>	<b>(1.582)</b>
<b>Custo com restrição</b>	<b>2018</b>	<b>2017 (Reapresentado)</b>
Salários e encargos sociais (i)	(5.267)	(5.077)
Serviços prestados por terceiros	(9.504)	(6.350)
<b>Total com restrição</b>	<b>(14.771)</b>	<b>(11.427)</b>

<b>(i) Salários e encargos sociais</b>	<u>Sem restrição</u>		<u>Com restrição</u>	
	<b>2018</b>	<b>2017 (Reapresentado)</b>	<b>2018</b>	<b>2017 (Reapresentado)</b>
Salários	(133)	(60)	(2.073)	(1.913)
INSS	(40)	(20)	(740)	(795)
Vale alimentação	(38)	(33)	(669)	(636)
Assistência médica	(16)	(12)	(370)	(315)
Férias	(6)	(7)	(267)	(291)
Gratificações	(12)	(5)	(475)	(474)
FGTS	(13)	(6)	(231)	(250)
13º salário	(6)	(7)	(215)	(222)
Seguro de vida	(4)	(4)	(70)	(73)
Remuneração estágio	(9)	(10)	(36)	(42)
PIS	(1)	(1)	(30)	(34)
Multa rescisória	-	(3)	(53)	3
Capacitação	(2)	-	(27)	(24)
Exames e medicamentos	-	(1)	(11)	(11)
	<b>(280)</b>	<b>(169)</b>	<b>(5.267)</b>	<b>(5.077)</b>

## 14 Despesas administrativas

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
	<b>(Reapresentado)</b>	
Viagens	(7)	(329)
Eventos	(2)	(6)
Manutenção	(2)	(9)
Aluguel	(8)	(9)
Utilidade e serviços	(12)	(62)
Refeitório	(1)	6
Impostos e taxas	(2)	(88)
Depreciação e amortização	(68)	(99)
Seguros	(3)	(13)
Comunicação	(31)	(60)
Materiais	(2)	(19)
Despesas com consultoria e serviços	(260)	(182)
Outras despesas administrativas	(5)	-
	<b>(403)</b>	<b>(870)</b>

## 15 Receitas e despesas financeiras

	<b>2018</b>	<b>2017</b>
	<b>(Reapresentado)</b>	
Juros sobre aplicações financeiras	21	21
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>21</b>	<b>21</b>
Juros e despesas bancárias	(27)	(13)
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(27)</b>	<b>(13)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(6)</b>	<b>8</b>

## 16 Instrumentos financeiros

O Instituto está exposto aos riscos que decorrem da utilização de instrumentos financeiros. Essa nota descreve os objetivos, políticas e processos do Instituto para a gestão desses riscos e os métodos utilizados para mensurá-los.

### Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pelo Instituto, de que surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e bancos;
- Aplicações financeiras; e
- Fornecedores.

As atividades do Instituto o expõe aos seguintes riscos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

### Risco de crédito

O risco de crédito para o Instituto surge preponderantemente de disponibilidades decorrentes de depósitos em bancos e aplicações financeiras em certificados de depósitos bancários.

O Instituto aplica recursos apenas em certificados de depósitos bancários administrados por instituições financeiras de primeira linha. O Instituto não contrata derivativos para gerenciar o risco de crédito. Abaixo seguem divulgações quantitativas da exposição ao risco de crédito em relação aos ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017, pelos valores contábeis.

	2018	2017 (Reapresentado)
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	9.353	11.073
<b>Total de ativos financeiros</b>	<b>9.353</b>	<b>11.073</b>

### Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que o Instituto irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Instituto na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Instituto.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros do Instituto é apresentado conforme a seguir (valores contábeis):

	2018	2017 (Reapresentado)
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores	63	59
Obrigações com recursos de projetos	9.561	12.420
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>9.624</b>	<b>12.479</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não há inadimplência de pagamento de obrigações pelo Instituto.

***Risco de mercado (taxa de juros)***

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Instituto vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Os instrumentos financeiros sujeitos ao risco de mercado estão representados pelos papéis aplicados por meio de certificados de depósitos bancários administrados por instituições financeiras de primeira linha. Conforme comentado na Nota Explicativa nº 4, cuja volatilidade dos indexadores vinculados é baixa.

A Administração adota política conservadora de gerenciamento de caixa, aplicando os recursos disponíveis em certificados de depósitos bancários indexados ao CDI e poupança com resgate de curto prazo quando permitido pelos doadores. As receitas provenientes dessas aplicações financeiras são reinvestidas no próprio Instituto.

O Instituto não mantém operações relevantes atreladas à variação das taxas de câmbio.

\*\*\*

## **Administração da Entidade**

Verônica Oki Igacihalaguti  
Diretora Administrativa

Andréia Cristina Brito Pinto  
Diretora Executiva

Gian Carlo Cruz Toppino  
Contador CRC/PA 011577/O-0